



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

132

Representação Criminal nº: 0022267-98.2012.8.17.0000 (290399-3)
Comarca: Palmares
Vara: Vara Única
Representante: Subprocuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco
Representado: Amaro Laurindo Filho
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Fausto de Castro Campos

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DE GRADUAÇÃO. CONDENADO PELA PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. INCOMPATIBILIDADE DA CONDUTA DO REPRESENTADO PARA FIGURAR NOS QUADROS DA INSTITUIÇÃO MILITAR. REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA. PROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE PERDA DA GRADUAÇÃO MILITAR.

1. Os policiais têm como função precípua, assegurar a ordem pública e a paz social, através da prevenção e repressão dos desvios ilícitos da conduta. Para isso, impõe-se ao policial militar conduta adequada à função que exerce e o respeito à ordem jurídica.
2. Deve-se, portanto, verificar se a conduta do policial militar tornou-o ou não indigno de permanecer na Corporação Militar. *In casu*, o Representado foi condenado pelo Conselho de Sentença pela prática do crime de homicídio duplamente qualificado, mediante ação que impossibilitou a defesa da vítima e por motivo torpe, delito gravíssimo para os padrões militares.
3. A incompatibilidade do Representado com a graduação militar se mostra incontestável, visto que a sua conduta, de fato, depõe contra a Instituição Militar, não possuindo, portanto, condições essenciais para ostentar a graduação militar.
4. Representação procedente. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Representação Criminal nº 290399-3, em que figuram como partes as supramencionados. Acordam os Desembargadores componentes desta Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

sessão realizada nesta data, à unanimidade, em julgar procedente a presente representação, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas que integram este julgado.

Recife, 05 de julho de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos



Representação Criminal nº: 0022267-98.2012.8.17.0000 (290399-3)
Comarca: Palmares
Vara: Vara Única
Representante: Subprocuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco
Representado: Amaro Laurindo Filho
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO:

Trata-se de Representação Criminal oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco, em que se pugna pela decretação da perda da graduação do militar Amauro Lindo Filho.

Consta dos autos que na madrugada do dia **19.06.1999**, na Rua Cel. Pedro Paranhos, na cidade de Palmares, o agente desferiu vários disparos de arma de fogo em direção a Cláudio de Lima Silva, quando um desses disparos atingiu a pessoa de Amélia Maria dos Santos, então companheira do inicialmente alvejado.

O Representado foi condenado, nos exatos termos da pronúncia, às penas do art. 121 §2º, I e IV do Código Penal.

É o Relatório. À pauta.

Recife, 23 de Abril de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



133

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

Representação Criminal nº: 0022267-98.2012.8.17.0000 (290399-3)
Comarca: Palmares
Vara: Vara Única
Representante: Subprocuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco
Representado: Amaro Laurindo Filho
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Fausto de Castro Campos

VOTO:

Extraí-se dos autos que o Representado, um ano antes do fato, discutiu por motivos fúteis com Cláudio de Lima Silva, cônjuge da vítima, e desde então passou a carregar forte sentimento de ódio contra este. Sentimento que fez vítima pessoa terceira.

O crime ocorreu enquanto Cláudio de Lima Silva e Amélia Maria dos Santos regressavam da feira acompanhados por dois amigos, quando, ao chegarem próximo a um ponto de Moto-Táxi, avistaram um veículo Fiat estacionado, em que estava o agente, tendo este logo em seguida efetuado vários tiros do interior de seu carro, vindo a atingir Amélia Maria dos Santos, que foi levada à óbito.

Amaro Laurindo Filho foi condenado pelo crime de homicídio doloso qualificado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão em regime inicialmente fechado.

É cediço que a procedência do pedido de perda de graduação, objeto da presente representação criminal, requer a presença dos requisitos de natureza objetiva e subjetiva. Faz-se necessário, portanto, o minucioso exame dos referidos.

Quanto ao primeiro requisito, encontra-se comprovado através do trânsito em julgado da sentença (fls. 50-53) que condenou o Representado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, a teor do que prescreve o art. 142, §3º, VII, da Constituição Federal e o art. 256-H do Regimento Interno deste Tribunal.

Verificada a presença do requisito objetivo, cabe a análise quanto ao requisito subjetivo, qual seja, a avaliação da compatibilidade do comportamento social do Representado para com o exercício da carreira militar.

Constatada a função administrativa atribuída à Polícia de execução do direito, garantindo a ordem pública e a paz social, o policial militar possui o múnus público de proteger a dignidade humana e garantir a segurança dos cidadãos. Sendo assim, é imprescindível que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

tenha uma conduta respeitosa e equilibrada. O que se tem, no entanto, é um indivíduo que por um tempo considerável nutriu o desejo de vingança a quem, por motivos banais, segundo relatam os autos, teve uma discussão.

Pelo motivo torpe do crime, devido a uma discussão ocorrida um ano antes, e *modus operandi*, que impossibilitou qualquer reação de defesa da vítima, bem como pela condição de policial militar e múnus público exercido pela função, entendo que merece provimento o pleito constante nesta representação criminal.

Ante todo o exposto, nos termos do art. 125, §4º, da Constituição da República e do art. 256-H do RITJPE, julgo procedente o pedido para declarar a perda da graduação militar de **Amaro Laurindo Filho**.

Após o trânsito em julgado da decisão, notifique-se o Comando da PMPE para a adoção das medidas cabíveis.

É como voto.

Recife, 05 de Junho de 2014

Des. Fausto Campos
Relator